

APRESENTAÇÃO AO DOSSIÊ TEMÁTICO

RELIGIÃO, POLÍTICA PÚBLICA E DIREITOS HUMANOS: NOVOS OLHARES, OBJETOS E ATORES¹

*INTRODUCTION TO THE THEMATIC DOSSIER. RELIGION, PUBLIC POLICY
AND HUMAN RIGHTS: NEW PERSPECTIVES, OBJECTS AND ACTORS*

Marcelo Tavares Natividade²

Naara Luna³

A proposta do presente dossiê temático surgiu com a realização de grupos de trabalho de mesmo título em dois eventos em 2023, o GT “*Religião, política pública e direitos humanos: entre reconhecimento e intolerâncias*” na XIV Reunião de Antropologia do Mercosul e no IV Simpósio Sudeste da Associação Brasileira de História das Religiões (ABHR), coordenados por Marcelo Natividade (UFC e UFRJ) e por Naara Luna (UFRRJ).

Colocar em diálogo os trabalhos apresentados numa publicação é estratégico e apresenta relevância em um contexto contemporâneo em que se abrem debates públicos sobre epistemicídios, culturas de ódio, violência

¹ Como citar: NATIVIDADE, Marcelo T.; LUNA, Naara. Apresentação ao dossiê temático. *Religião, política pública e direitos humanos: novos olhares, objetos e atores. Debates do NER*, Porto Alegre, ano 24, n. 45, e146637, 2025.

² Doutor em Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil. Atualmente é Professor Associado 2 na Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: natividademarcelo@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-6252-8415>.

³ Pesquisadora CNPq, bolsista de produtividade nível 2. Doutorado em Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil. Atualmente, é docente (professor associado 4) do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: naaraluna2015@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6137-7405>.

e silenciamentos (Sodré, 2017) associados a ativismos religiosos e grupos conservadores (Vaggione, 2012) e sobre tentativas de moralizar a política pública segundo princípios hegemônicos do gênero e da sexualidade, de raça e etnia etc. (Natividade et al., 2021). Então, tornar públicos os debates nos eventos é a oportunidade de democratizar o acesso às pesquisas que foram apresentadas e ampliar o alcance da produção de conhecimento nas ciências sociais da religião e suas interfaces. Compreendemos a publicação de dossiês, hoje, como uma importante forma de divulgação científica, com potencial de ultrapassar os círculos restritos da academia. Não podia ser diferente com as temáticas aqui tratadas, que colocam luz em tensionamentos atuais sobre religião, a garantia e ampliação de direitos e políticas públicas. É neste sentido que o volume evoca o conflito entre demandas de reconhecimento e legitimidade das minorias (Butler, 2019) e a imposição de visões de mundo homogêneas e antipluralistas quando o assunto é religião, diferença e direitos, compreendendo a disputa pela fixação dos sentidos da humanidade.

Os trabalhos selecionados elucidam aspectos da presença ativa da religião na vida social brasileira, especialmente sobre as dinâmicas de mudança envolvendo os nexos entre religião, política e direitos.

Fatos na política nacional e internacional apontam a emergência de cenários conservadores, com a participação de atores e instituições religiosas e seus projetos de poder. Os direitos sexuais e reprodutivos estão no centro, enquanto avançam pautas globais que repercutem em contextos locais, seja no avanço desses direitos, seja na retração. Também chama atenção o surgimento de novas categorias: racismos e terrorismos religiosos, “ideologia de gênero”, “infanticídio” etc. Esse universo de problemas é abordado nos entrecruzamentos de discursos e aparatos jurídicos, científicos e morais. Os textos iluminam controvérsias recentes sobre essas esferas e dilemas, os impactos e efeitos da emergência de cenários conservadores e de políticas de extrema direita, seus vínculos a discursos de ódio e ondas de violência, as esferas de influência, as relações de força em cenários democráticos contemporâneos e seus impactos na política pública e no acesso a direitos e cidadania (Montero, 2016). Mas também elucidam as reações e contradiscursos, as

novas formações políticas, articulações e conexões que preconizam visões e princípios do pluralismo religioso, cultural ou político. Os trabalhos escolhidos revelam tanto efeitos de conservadorismos nas ações do Estado e na política pública, impactando o acesso a serviços e políticas sociais por segmentos socialmente vulneráveis como mudanças e novas configurações políticas. A tensão entre perspectivas de reconhecimento e conservadorismos são o foco, discutindo os nexos entre laico e religioso e suas velhas e novas fronteiras e configurações. O debate levantado abre a possibilidade de reflexão sobre o estatuto do religioso no mundo atual e as suas fronteiras flexíveis com outras dimensões da vida social. Muitos discursos, atores e instituições, constituindo objetos que se movimentam e alteram de modo inventivo as relações entre direitos, minorias e religiões. A contribuição está em iluminar o avanço nas articulações conservadoras e religiosas para obstruir direitos, mas também em noticiar sobre rupturas, agências e negociações para fazer avançar as políticas para minorias, incluindo aquelas que promovem a liberdade e diversidade religiosa.

Com efeito, nas últimas décadas, a religião foi associada a diversos conflitos, tanto locais como internacionais e as fronteiras das esferas políticas e religiosas foram tensionadas em diferentes sociedades, como os trabalhos antropológicos, como os aqui publicados, vêm dando notícias. A ampliação das esferas de influência de grupos conservadores e de extrema direita bem como a apresentação pública de posturas de intolerância em relação às religiões de matriz africana e comunidades quilombolas, às populações indígenas e pessoas LGBTQIA+, assim como o crescimento da violência contra imigrantes, mulheres, negros e negras, acenderam um sinal de alerta aos pesquisadores do globo terrestre.

A política brasileira foi atravessada ostensivamente por esses dilemas quando Jair Bolsonaro assumiu a Presidência da República (2019-2022), levando à ocupação de lugares de poder no Estado por lideranças e atores associados a interesses e visões de mundo religiosos e conservadores, sob o rótulo de um governo de extrema direita, introduzindo na cena novas categorias, posturas, identidades e sujeitos, incluindo a estranha difusão

da ideia de “direitos humanos cristãos” ou de um governo e ministros “terrivelmente cristãos” (Natividade, Vaggione e Vital da Cunha, 2023). O fato é que, desde então, cresceu o interesse pela compreensão dos vínculos entre expressões de violência e grupos religiosos e se colocaram desafios à construção da laicidade e da democracia brasileira. É notório que os discursos proferidos em contexto acionam outros vocabulários que não o religioso, deslizando para a linguagem científica ou para o discurso dos direitos humanos, revelando a complexidade e atualidade do assunto. Por outro lado, é importante destacar que, ainda que as narrativas sejam plurais ou dissonantes, no centro do debate está a produção de discursos sobre a diferença e a possibilidade (ou não) de certas populações obterem acesso a programas e políticas sociais, desfrutando de plena cidadania e status de sujeito de direitos.

No Brasil, as mobilizações pela garantia de direitos civis, coletivos e difusos historicamente ensejaram controvérsias quando o assunto são as políticas sexuais. Nesse contexto, as questões de gênero e sexualidade roubam a cena, implicadas em campanhas pela retração de direitos sexuais e reprodutivos amparadas em conservadorismos e pautadas pela atuação de agentes religiosos como as identificadas no Legislativo (Luna e Gomes, 2024). Em muitas das esferas da governança pública avançaram ações que pretendem revogar avanços desses direitos, como meio de impedir que propostas tenham desfechos positivos para a cidadania e reconhecimento de minorias. Isso reforça que tais conflitos de interesses perpassam a continuidade das políticas públicas e o acesso a serviços e benefícios sociais de diferentes populações vulneráveis, tensionando cidadania religiosa e democracia (Vaggione, 2017).

Esse debate problematiza confrontos e alinhamentos entre discursos religiosos e o discurso universalizante dos Direitos Humanos (Casanova, 2010). Observa que há equívocos ao se atribuir a determinadas religiões (em sentido global) o discurso não pluralista dos Direitos Humanos. As pesquisas reunidas no dossiê sugerem justo a existência de plurais relações entre direitos e religiões, incluindo as afinidades eletivas, as relações positivas

entre instituições religiosas e a promoção da cidadania e direitos civis de minorias, ainda que se possam evidenciar linhas de força e hegemonias.

Então, a dimensão da vida religiosa é também cenário de resistência à opressão social e de lutas por direitos humanos, como é o caso das políticas culturais envolvendo a proteção e direitos das religiões de matriz africana e dos povos indígenas no exercício de suas culturas, os movimentos emergentes pela diversidade dentro de grupos religiosos, movimentos pelo direito de escolha no caso do aborto, ou de vítimas de assédio e de violência sexual, incluindo as controvérsias que associam violência sexual e clérigos nos quadros das instituições religiosas. Esse conjunto amplo de questões está colocado em textos que se referem a contextos de pesquisa plurais, mas também cenários culturais distintos, permitindo ampliar o escopo de visão. A discussão dessas temáticas se insere em debates sobre sentidos e fronteiras do religioso e do secular nas sociedades contemporâneas, incluindo a pluralização das formas de crer e não crer (Taylor, 2010). Reposiciona os nexos entre público e privado e ilumina configurações de religiões públicas (Montero, 2016). Revela a intensificação da participação de agentes religiosos na política em busca da influência de seus valores, princípios e projetos de expansão e poder e o uso das mídias e de tecnologias informacionais como formas de intervir e produzir novas esferas de influência. Tudo isso se passa, contudo, não na mera reprodução de valores e moralidades religiosos, mas nos enlaces entre religião e repertórios civis, incluindo o jurídico, a ciência, a comunicação, a estética e a arte, os patrimônios culturais. O religioso, então, se revela neste dossiê, multifacetado e complexo, sendo os artigos reunidos, exemplares dessas dinâmicas e processos.

A relevância da proposta está em explorar esses fatos socioantropológicos com a publicação de um conjunto de textos originais que remetem ao problema.

Aparecem na coleção de artigos temas do racismo e intolerância religiosos e enlaces com política pública, a agência para a produção de rupturas e novos significados entre religião, gênero e controversos temas do abortamento legal

e do infanticídio indígena perpassados pelo poder religioso e suas fantasias de controle dos corpos, políticas e aparatos institucionais governamentais.

O artigo *Chaves antropológicas para compreensão da hipervulnerabilidade de crianças e adolescentes de comunidades tradicionais de terreiro* de Joyce Kaynara Silva Gomes e Gilliard de Oliveira Justino promove o diálogo entre a Antropologia e o Direito, a partir do problema da hipervulnerabilidade. Esse termo visa conectar duas categorias caras ao Direito: primeiro da vulnerabilidade, como um conjunto de características observadas e atribuídas a determinado grupo social com um contingente numérico significativo, mas que estão envolvidas em circunstâncias que fragilizam sua ação social e o exercício de direitos. Segundo, do pertencimento à grupo minoritário como agravante fragilizadora, pela posição de não dominância, com características étnicas, religiosas ou linguísticas diferentes das do resto da população. O artigo aborda situações de intolerância religiosa vividas por crianças, cujos pais, mães ou pessoas responsáveis sofrem acusações quando as introduzem nas práticas das religiões de matriz africana. O texto visa “apontar para os atos discriminatórios do Estado brasileiro ao não conceber as particularidades de crianças e adolescentes de axé em seus modos de existência”. As chaves antropológicas – raça, gênero, religião e etnia – são usadas para ponderações sobre casos concretos.

O problema da intolerância também é tema do artigo “*Exu te ama*”: *políticas de combate às intolerâncias e promoção da liberdade religiosa no Ceará e no Rio de Janeiro*. O artigo de Marcelo Natividade e de Ana Paula Braga Fonseca discute dinâmicas e tensionamentos entre movimentos religiosos minoritários e Estado, perpassados pelas disputas para definir termos como “liberdade” e “intolerância religiosa” e colocar em pauta a legitimidade e reconhecimento de religiões não hegemônicas por meio da criação de políticas de promoção da diversidade religiosa. Alguns casos são objeto de análise: o primeiro é a polêmica em torno da instalação artística *Exu te ama*, com acusações de intolerância e vilipêndio de lado a lado, com destaque para atuação de lideranças evangélicas. Outro caso é o relato de lideranças comunitárias sobre a desconsideração da religiosidade das travestis e das

transexuais em regime de privação de liberdade. O próprio coletivo que propôs a formação de um “Comitê Estadual de Enfrentamento à Intolerância Religiosa” foi composto por sujeitos alvo de preconceito religioso e de restrição a suas práticas. A concepção de “políticas públicas” destacada no artigo não reduz o termo aos atos do Estado, mas ao complexo de relações e disputas implicadas no fazer da política local e global na interação entre múltiplos atores (religiosos, movimentos sociais, associações profissionais, parlamentares, ONGs, técnicos, gestores e outros representantes do poder público, dentre um amplo espectro de sujeitos), ao disputar espaço, discursos e a intervir no curso dos acontecimentos (Natividade, 2013; Birman, 2013), demonstrando os pulsantes inacabamentos da política pública, conforme destacam os autores ao problematizar tais dilemas e embates.

Já os artigos de Naara Luna e de Ana Carolina Saviolo exploram questões relacionadas a direitos humanos e noção de pessoa, considerando o engajamento de agentes religiosos, ou discursos carregados desses valores, quanto às acusações de infanticídio indígena, e a recusa do direito ao aborto legal. Ana Carolina Saviolo Moreira, no artigo *“Matar a cultura em nome da vida?”: A disputa dos direitos humanos por deputados federais evangélicos na votação do Projeto de Lei do Infanticídio Indígena (PL 1057/2007)* aborda o ativismo religioso conservador por parte desses parlamentares evangélicos. Examina a narrativa de criação de um movimento para defender a ação de missionários e missionárias no dito combate a práticas descritas pela categoria acusatória de “infanticídio indígena”. Em seguida, o foco é o debate em torno da votação do projeto de lei quando parlamentares evangélicos pretendem assumir supostamente a bandeira dos direitos humanos, mas sob a égide de defesa da vida, ponto também aplicado ao debate sobre o aborto. A “defesa da vida” é mote para a desqualificação da “cultura indígena” como arcaica, ignorando a diversidade desses povos. Parlamentares que se opuseram ao PL, notadamente de partidos de esquerda, alertaram contra a armadilha colocada pelos alegados defensores das crianças indígenas, como um falso dilema que consiste na “tentativa de criminalizar os povos indígenas e deslegitimar o direito originário sobre os seus territórios”.

Tanto no caso da acusação de infanticídio contra povos indígenas como na recusa do direito ao aborto legal, valores religiosos e agenciamentos de sujeitos estão relacionado à criação de um outro reduzido à barbárie e à negação de sua humanidade. Os rótulos de “abortista” e de “assassinos de crianças” são intimamente ligados nas representações desses agentes religiosos conservadores, conforme tem mostrado a pesquisa desenvolvida por Luna (Luna, 2023; Luna e Porto, 2023).

Em *Quadros de guerra: aborto legal negado no Brasil, vidas precárias e ativismo religioso conservador*, Naara Luna analisa cinco casos publicados na imprensa em que meninas e mulheres tiveram o acesso negado ao aborto legal no Brasil. A recusa se baseou em alegações médicas quanto ao regulamento para interrupção da gravidez, ou por decisões judiciais que impediram ou dificultaram a intervenção. Como contraponto, foi analisado o sexto caso: de uma mulher processada após o término da gestação por atitudes (tentativa de suicídio) que teriam resultado na morte do feto. Em algumas situações é perceptível o ativismo religioso conservador de certos coletivos e sujeitos, especialmente cristãos (católicos e evangélicos). Em outras, embora não se identifique pertencimento religioso das pessoas envolvidas, os valores religiosos são o pano de fundo dos conflitos, na defesa intransigente do direito à vida desde a concepção. Atribuem-se direitos e condição de pessoa a fetos, em detrimento da vida das meninas e mulheres envolvidas. Essas mulheres são desumanizadas, assim como são representados os povos indígenas acusados da prática de infanticídio.

Por fim, cabe destacar que os dramas evocados nos artigos que compõem o dossiê atualizam debates oportunos da interface religião, direitos e políticas públicas e dão notícias de contextos específicos dessas relações, dinâmicas, estratégias, disputas, atores e atrizes que participam das batalhas por ampliar ou restringir esses direitos e o acesso a políticas específicas.

REFERÊNCIAS

BIRMAN, Patrícia. Prefácio: vulnerabilidade e inacabamento: a defesa dos direitos LGBT. In: NATIVIDADE, Marcelo. *Margens da política: Estado, direitos sexuais e religiões*. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CASANOVA, José. A globalização do Catolicismo e o Retorno a uma Igreja Universal. *REVER: Revista de Estudos da Religião*, ano 10, p. 17-45, dez. 2010.

GOMES, Joyce Kaynara S.; JUSTINO, Gilliard de O. Chaves antropológicas para a compreensão da hipervulnerabilidade de crianças e adolescentes de comunidades tradicionais de terreiro. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 24, n. 45, e143137, 2025.

LUNA, Naara. Disputes on abortion and sexual diversity in the Chamber of Deputies in the early years of the Bolsonaro government: the art of marking differences. *Vibrant*, v. 20, p. e20803, 2023.

LUNA, Naara; GOMES, Edlaine de Campos. O debate legislativo sobre aborto e diversidade sexual e as eleições de 2018: uma mirada antropológica sobre a onda conservadora. *Dados-Revista de Ciências Sociais*, v. 67, n. 1, p. 1-52, 2024.

LUNA, Naara; PORTO, Rozeli. Aborto, valores religiosos e políticas públicas: a controvérsia sobre a interrupção voluntária da gravidez na audiência pública da ADPF 442 no Supremo Tribunal Federal. *Religião & Sociedade*, v. 43, n. 1, p. 151-180, 2023.

LUNA, Naara. Quadros de guerra: aborto legal negado no Brasil, vidas precárias e ativismo religioso conservador. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 24, n. 45, e143141, 2025.

MONTERO, Paula. “Religiões Públicas” ou religiões na Esfera Pública? Para uma crítica ao conceito de campo religioso de Pierre Bourdieu. *Religião & Sociedade*, v. 36, n. 1, p. 128-150, 2016.

MOREIRA, Ana Carolina S. "Matar a cultura em nome da vida?": a disputa dos direitos humanos por deputados federais evangélicos na votação do projeto de lei do infanticídio indígena (PL 1057/2007). *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 24, n. 45, e143138, 2025.

NATIVIDADE, Marcelo Tavares; GUSSI, Alcides; SOUSA, Bruno Alves; MONTEIRO, C. Avaliação da Política Sexual para a População LGBTQIA+: Entre percepções de sujeito/as e ações do estado. *Revista da Associação de estudos da Homocultura*. REBEH: UFG, v. 1, p. 364-392, 2021.

NATIVIDADE, Marcelo Tavares; VAGGIONE, Juan Marco; VITAL DA CUNHA, Christina. Religion and Public Policies in Brazil and Latin America. *Religião e Sociedade*, v. 43. n. 1, p. 1-13, 2023.

NATIVIDADE, Marcelo Tavares. *Margens da política: Estado, direitos sexuais e religiões*. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

NATIVIDADE, Marcelo Tavares; FONSECA, Ana Paula Braga. “Exu te ama”: políticas. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 24, n. 45, e142976, 2025.

SODRÉ, Muniz. *Pensar nagô*. Petrópolis: Vozes, 2017.

TAYLOR, Charles. Uma era secular. São Leopoldo: Unisinos, 2010.

VAGGIONE, Juan Marco. La ‘cultura de la vida’: desplazamientos estratégicos del activismo católico conservador frente a los derechos sexuales y reproductivos. *Religião & Sociedade*, v. 32, n. 2, p. 57-80, 2012.

VAGGIONE, Juan Marco. La Iglesia Católica frente a la política sexual: la configuración de una ciudadanía religiosa. *Cadernos Pagu*, n. 50, p. e175002, 2017.

Recebido em: 27/03/2025

Aprovado em: 28/03/2025